

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA (Daniele Canedo)

A definição de cultura evoluiu com o passar dos anos e as mudanças econômicas e sociais enfrentadas pelas nações. Da mesma forma, a incidência de uma ou outra política cultural na história da humanidade esteve sempre relacionada a diversos fatores, como a forma de governo e a ideologia defendida pela administração estatal. Ditaduras, governos democráticos, socialistas ou liberais entendem o investimento no setor de forma diferente. A necessidade de implantação de políticas públicas que tenham como objetivo o fortalecimento da cidadania e a inclusão social surge de uma dimensão que considera que todos os indivíduos, e não apenas os artistas, são sujeitos e produtores culturais, e, por isso, devem ser o foco de atividades e projetos da administração governamental.

Sendo assim, qual a melhor forma de fomentar o desenvolvimento cultural da população? Qual deve ser a preocupação principal das políticas culturais – ampliar o acesso aos bens, serviços e equipamentos culturais ou incentivar a participação e a organização autogestiva das comunidades? As opiniões se dividem. Alguns políticos e estudiosos da área ainda preferem acreditar que o acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos aos bens culturais é a melhor forma de corrigir as desigualdades socioculturais. Estamos falando do conceito de democratização cultural, que tem como objetivo a distribuição e a popularização da arte, do conhecimento científico e das formas de “alta cultura”.

Nesta tendência, cabe à gestão pública a missão de promover a superação de exclusões e desajustes e da distância entre os “culturalmente integrados” e os “excluídos”. O Estado deve oferecer a todos o acesso à produção cultural. Para isso, estimula a criação, por parte dos artistas, da cultura erudita, que nesta concepção deve ser preservada e divulgada, porquanto está acima de qualquer outro tipo de expressão artística. Também ganha terreno a arte legitimada pela indústria cultural (leia-se arte facilmente vendável). O Estado apoia estas expressões através de leis de incentivo fiscal, fundos para investimentos diretos e outros mecanismos de transferência de recursos. Também é papel da administração pública cuidar da conservação dos espaços culturais tradicionais, como grandes galerias, teatros e museus, e construir novos equipamentos com a infra-estrutura necessária. A difusão cultural acontece através de

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

políticas de formação de platéias (e de consumidores). Em geral, o Estado subsidia os ingressos para os espetáculos, oferecendo ao público a oportunidade de assistir à ação cultural com entradas mais baratas ou até mesmo gratuitas. Cabe à população o interesse de aproveitar as oportunidades de se “cultivar”.

Em alguns países, os movimentos políticos democratizadores coincidiram com a reorganização comunicacional aberta pelas indústrias culturais: a expansão do rádio, a televisão e a ampliação do mercado de bens “cultos” (venda de discos e livros em supermercados, etc). De certo, o crescimento da indústria cultural na contemporaneidade contribuiu para a ampliação da oferta e do consumo de espetáculos culturais. Face a esta nova configuração, muitos passaram a acreditar que ampliar o acesso a esses bens e serviços deveria ser a principal função das políticas culturais.

Esta proposta de democratização é deficitária, pois tende a encarar a cultura e o povo como pólos distintos e afastados. Coloca-se de lado uma visão mais alargada, ao desconsiderar que todo indivíduo é também produtor da cultura. Além disso, tal política trabalha apenas com a crença de que basta que haja o encontro entre a cultura erudita, e o público para que haja desenvolvimento sociocultural (BOTELHO, 2001, p.14). A preocupação é garantir que cada vez mais pessoas das classes menos favorecidas possam freqüentar teatros, galerias e salas de cinema. Poucas iniciativas se preocupam com a qualidade desse consumo cultural.

Também falta participação popular. As decisões sobre as políticas culturais são centralizadas nos governos e instituições, constituindo uma esfera pública estatal. A cultura é definida pela burocracia das secretarias de cultura, sem passar pelo crivo do público a que se destina. Levando em consideração apenas os “templos culturais” (FARIA, 2003, p. 37), como teatros e galerias, como os lugares mais importantes para a realização da cultura, os defensores dessa política esquecem as ruas, as casas, as escolas e os espaços informais de sociabilidade.

Para Néstor Garcia Canclini (1987, p. 49), a democratização, quando consiste em divulgar a alta cultura, implica na definição elitista do patrimônio simbólico, sua valorização unilateral pelo Estado e por setores hegemônicos, e pela imposição paternalista ao resto da população. Uma outra crítica do autor ao modelo de difusão cultural reclama que esta política não muda as formas de produção e consumo dos bens simbólicos. Os públicos que costumavam desfrutar dos espetáculos passam a fazê-lo

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

mais vezes, enquanto as classes menos favorecidas financeiramente continuam afastadas da produção cultural, tendo acesso apenas aos meios de comunicação de massa.

Também parece-nos importante ressaltar a crítica feita por Isaura Botelho (2001, p.14) a essa política. A autora acredita que a redução dos preços ou a gratuidade não são capazes de alterar as desigualdades culturais. Ao contrário, a política de subvenção as reforça, pois favorece a parte do público que já detém a informação, as motivações e o acesso aos bens e equipamentos culturais. Ou seja, as pessoas que já possuíam o costume de ir ao teatro, passam a fazê-lo mais vezes, aproveitando os benefícios concedidos pelo Estado. Ao falar da difusão cultural e do “mito do público apreciador”, Teixeira Coelho é taxativo ao declarar que esta concepção deve ser entendida como propaganda cultural. A preocupação está “apenas em cultivar novos espectadores e admiradores, quer dizer, novos públicos, novos consumidores” (2001,p.10).

A experiência da aplicação das políticas de formação de platéia mostrou que tais ações não são eficientes se consideradas isoladamente. A questão da transversalidade da cultura deve ser pensada na elaboração das políticas culturais. Meio-ambiente, saúde, educação e infra-estrutura são alguns dos fatores que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas que pretendam promover a qualidade de vida da população. Mas, além disso, o contexto social onde as pessoas vivem é muito importante. Gostos, hábitos cotidianos e a bagagem cultural, que é construída ao longo da vida e das relações de sociabilidade de cada ser humano, vão influenciar o aproveitamento que cada pessoa terá no contato com as expressões artísticas.

Como sujeitos e produtores da cultura, os indivíduos devem participar da elaboração das políticas de cultura para a sua comunidade. Neste sentido, o conceito de democracia cultural nos parece mais adequado para pensar a promoção do desenvolvimento sócio-cultural. Esta concepção de gestão das ações culturais está preocupada com a promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades. O objetivo é incentivar a criação, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades. Nesta concepção política o público é mais do que espectador. Segundo Hamilton Faria, o “trinômio consumidor-produto-espectador” é ampliado para “a criação/fruição-processo-participação” (2003,p. 38).

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

Além de garantir à população o acesso aos bens culturais por meio de serviços públicos, as políticas para o setor tendem a incentivar a participação de todos na criação e nas esferas de decisões públicas, garantindo uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. Conforme Marilena Chauí, a política de “animação cultural” deve ser “substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares” (1995,p. 84). As políticas de democracia cultural defendem a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade. Por isso, a missão delas é estimular a autonomia dos grupos culturais e facilitar os canais de comunicação com o poder público. O Estado deve dar apoio às diversas manifestações clássicas, eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes; e reconhecer as dinâmicas inovadoras de movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos ou de gênero.

Esta concepção não é contrária a ações pontuais, como a promoção de grandes festas e eventos, mas privilegia ações com sentido contínuo, contra o autoritarismo, o paternalismo e o dirigismo. Com o objetivo de transmitir conhecimentos e desenvolver a sensibilidade, procura melhorar as condições sociais para estimular a criatividade coletiva.

Conforme explica Canclini (1987), a democracia sociocultural é, sobretudo, um projeto de movimentos e grupos alternativos, cujo crescimento é um signo forte da renovação na cena política. Para o autor, esses movimentos têm conseguido mais do que outras organizações, socializar a ideologia democrática, que antes ficava restrita às elites e à classe média, entre as classes populares.

Outro avanço é o reconhecimento geral da sociedade e dos partidos aos direitos destas classes a ter relações democráticas e iniciativas políticas em áreas das quais sempre foram excluídas. As ações culturais contam com ampla participação e estão enraizadas na comunidade – e é através da participação que se concretiza o direito à cultura. As decisões sobre as políticas culturais devem ser partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos e organizações sociais.

As atividades culturais acontecem mais próximas de onde as pessoas vivem, nos seus espaços de origem, buscando a descentralização da ação cultural. É claro que, ao se pensar uma administração da cultura que influencie a vida cotidiana e incentive tão

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

ampla participação popular, não se pode querer acreditar que este trabalho será fácil e rápido. Uma política cultural cidadã deve ser pensada em longo prazo, pois a construção de um capital simbólico requer tempo para ser acumulado e também depende da bagagem cultural herdada dos pais. Este trabalho não vai se resumir a um mandato político ou a uma gestão administrativa. Além disso, esta política não poderá produzir resultados sensíveis se for considerada isoladamente – o sistema escolar, embora não seja o único determinante, é a ferramenta mais acessível de construção e alimentação de um capital cultural. Também é preciso unir os poderes públicos e a sociedade num diálogo sobre o fazer cultural. Para isso, os governantes precisam aprender a lidar com a participação popular na esfera de decisão pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva, Apr./June 2001, vol.15, no.2, p.73-83.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Políticas Culturales in América Latina**. México: Editora Grijalbo, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. São Paulo: **Estudos Avançados 9** (23), 1995, P.71-84

COELHO, Teixeira. **O que é Ação Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 216).

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.